

SOCIEDADE INCLUSIVA: UM APARENTE PARADOXO EDUCACIONAL E SOCIAL

Autora: Simone Natividade- PPGE/UFAL¹

simonemestrado_sp@hotmail.com

Orientadora: Elione Maria Nogueira Diógenes-PPGE/UFAL²

elionend@uol.com.br

Eixo Temático: Políticas Públicas de Inclusão.

1- SITUANDO OS CONFRONTOS

A princípio, como já havíamos destacado, o trabalho é um recorte da monografia em “*Educação em Direitos Humanos e Diversidade*”, concluído em 2012 na UFAL. Através dessa pós-graduação *lato sensu* observou-se que o contexto educacional agrega inúmeros acontecimentos históricos que em seu conjunto representam: decretos, diretrizes e leis que regulamentam a jurisdição educacional e simultaneamente também constituem um cenário retrógrado materializado em programas e projetos cuja lógica neoliberal levará a conservação do capitalismo.

É pertinente ressaltar que o artigo primeiro da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 afirma “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos.” Essa declaração entra em conexão com o aparecimento da sociedade democrática em que o princípio se funda em torno dos direitos assegurados. No entanto, o espaço democrático conforme afirma (TOURAINÉ, 1998, p. 17) “[...] conduziu ao triunfo de uma política voluntarista, destruidora das barreiras sociais e criadora de uma comunidade de cidadãos, de uma sociedade civil em que a desigualdade renasce constantemente”. Essa desigualdade faz parte do sistema vigente que se estrutura dessas contradições gerando a falsa ideia de uma sociedade igualitária que esconde em seu bojo uma pirâmide de injustas segregações.

Contudo, esse mesmo pacto neoliberal se apropria do discurso igualitário trazendo à tona a ideia da “*sociedade inclusiva*”³ apenas para caracterizar o capitalismo como mais

¹ Mestranda em Educação-PPGE/UFAL, Especialista em Educação em Direitos Humanos UFAL Graduada em Letras pela FALE/UFAL, Integrante do Grupo de Pesquisa: Políticas Públicas, História e Discurso /Integrante do Grupo de Estudos Discurso e Ontologia-GEDON, Bolsista: FAPEAL/E-mail: simonemestrado_sp@hotmail.com

² Professora Adjunta II do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da UFAL. Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira- (GEPE). Realiza um Pós-Doutoramento na Universidade Federal do Maranhão- UFMA/E-mail: elionend@uol.com.br.

³ Sociedade Inclusiva, termo utilizado para se referir ao capitalismo como mais humanizado.

humanizado sendo que, o mesmo sobrevive numa contínua desumanização amparada no poder ideológico e reforçado pela lógica da mercadoria. De acordo com Bobbio (1987, p. 82) “O poder ideológico é aquele que se vale da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos [...]”. O contrassenso surge a partir do momento que essa igualdade de direitos é atravessada por contingentes ideológicos.

Adentramos a uma breve trajetória dos Direitos Humanos que surge com alguns elementos importantes dentre eles a ONU - Organização das Nações Unidas foi criada em 1945 e através dela foi criado em 1948 um novo documento denominado Declaração Universal de Direitos Humanos. Durante quase setenta anos outros documentos surgiram priorizando os direitos do homem. Dentro desse contexto, temos a Política Nacional para a Juventude que teve como alicerce a “Conferência Mundial de Educação para Todos” (Jontiem, na Tailândia, em 1990), a Cúpula Mundial de Educação para Todos (Senegal em Dacar, em 2000) promovidas pela Organização das Nações Unidas- ONU para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial.

Nesse entremeio, as políticas sociais são imbuídas de ações afirmativas carregadas do tom assistencialista representada por programas emergenciais, com a promessa de inclusão social, porém a tendência é apenas minorar essas deficiências demarcando novos focos de exclusão. As campanhas governamentais são impressas com a ideia de equidade de condições, desta feita, posiciona a sociedade num jogo em que se idealiza a ideia de pertencimento àquele lócus discursivo. O discurso de igualdade de oportunidades tem como objetivo garantir um pacto social nas relações sociais. Conseqüentemente a educação se transforma num mecanismo de reprodução social.

Em síntese, a elitização do conhecimento se torna presente dando vida ao permanente dualismo educacional. Destaca Diógenes (2013, p. 141) “O Estado Democrático de Direito no Brasil institucionalizou os Direitos Humanos, pelo menos em Lei. Agora, o que nos cabe? A defesa e a promoção dos mesmos.” O Estado “[...] deve assegurar a todos o mínimo cultural comum, condição do exercício duma atividade profissional bem sucedida e da manutenção do mínimo de comunicação indispensável ao exercício esclarecido dos direitos do homem e do cidadão” (BOURDIEU, 1987, p.110). Concordamos com os autores, pois é inaceitável constatar a existência do arcabouço jurídico educacional e ao mesmo tempo não poder usufruir de forma plena do que está regulamentado por lei. Essas propostas acabam virando um acervo que não se concretiza, não sai do papel.

2- SOCIEDADE INCLUSIVA E O APAGAMENTO DOS CONFLITOS SOCIAIS

O termo “*sociedade inclusiva*” surgiu em 1981 com a ONU em referência aos direitos da pessoa com deficiência, tornou-se recorrente e se generalizou em outras instâncias sendo usado com frequência nas campanhas políticas e em variados espaços democráticos, sobretudo, na educação. Em meio a isso, é perceptível que a inclusão social altera a sociedade superficialmente, pois o processo de inclusão pincela algumas problemáticas, enquanto a base permanece intacta, a essencialidade não se transforma.

É contraditório definir essa sociedade como “*inclusiva*” se o dualismo tanto educacional como social sobrevive secularmente. A noção de exclusão tem como origem a obra *Les exclus* obra datada em 1974 e tem como autoria René Lenoir. Conforme afirma Bourdieu (1998) “Como sempre, a Escola exclui: mas a partir de agora, exclui de maneira contínua [...] e mantém em seu seio aqueles que exclui, contentando-se em relegá-los para os ramos mais ou menos desvalorizados” (BOURDIEU, 1998, p.224). A partir dos anos 80 a escola passa a ser vista como um dos artifícios da inclusão social tendo como regimento organismos internacionais (UNESCO, FMI, Banco Mundial, etc.).

Menciona Bauman (2007) dentro dessa sociedade capitalista surge:

[...] “escoadouros” humanos, excluindo os não pertencentes ao meio. [...] a população supérflua, supranumerária e irrelevante - a grande quantidade de sobras do mercado de trabalho e o refugio da economia orientada para o mercado, acima da capacidade dos dispositivos de reciclagem (BAUMAN, 2007, p. 35).

Os movimentos de inclusão e exclusão dentro da educação são materializados nos dualismos entre público e privado. No trecho: “*excluindo os não pertencentes ao meio*” nos detemos nesse trecho para expor que a dita “*inclusão*” tem o papel de excluir e reposicionar sujeitos em categorias que limitam seu crescimento e traz de forma imaginária uma inclusão inexistente, e ilusória. Esse retrato é facilmente percebido na esfera educacional, o saber vira propriedade intelectual. O governo propõe campanhas políticas com impetuosas propostas, que posteriormente não se materializarão, pois não há de fato essa intenção, a intenção é pacificar a sociedade. Conforme menciona Neves (2005, p. 15) uma das atribuições do Estado é estabelecer: “[...] a unidade dialética na qual diversos projetos estão presentes e buscam conformar as massas” (NEVES, 2005, p.15). De acordo com essas ocorrências, se faz necessário compreender os sentidos de democracia no Brasil. A democracia se origina na Grécia Antiga em Atenas no séc. VI a.C e significa (poder do povo) e lá existia o foro, as reuniões/assembleias nas ágoras que serviam de discussão sobre as reivindicações. E nesse

debate, de forma justa com argumentos plausíveis, concluía o que seria melhor para o coletivo. Levava-se em conta a coletividade. Trazendo para os dias atuais no Brasil, onde está o foro? Onde estão as ágoras? Onde está a opinião do povo? Onde está à participação de todos? A política do “pão e circo” se inicia com César, na Roma Antiga, o povo aceitava migalhas as quais geravam prestígio político. Atualmente temos isso nos comícios, na venda de votos. Leia-se pão: assistencialismo e a infinidade de bolsas que o governo dá. Leia-se circo: tudo aquilo que puder manter o povo em alienação e distante da realidade, literalmente entorpecido para os problemas cruciais que afetam nossa sociedade. Diante desses registros históricos, ao tomarmos consciência de como a democracia se efetiva em nosso país detectamos que a ordem vigente reproduz uma falsa liberdade revestida de uma democracia mascarada que manipula e viola direitos. Conforme frisa Touraine (1998, p. 97) “O espírito democrático, como gestão da diversidade e reconhecimento do Outro, contradiz cada vez mais evidentemente a ideia de progresso.” Logo, é perceptível essa contradição, nossa democracia de certo modo se alinha aos propósitos do capital.

Ao analisar essas passagens percebemos que a escravidão ainda persiste sob outro viés, isto é, movida numa democracia cuja intenção é dissimulada, numa educação que tem como propósitos instrumentalizar em detrimento de uma formação humana. Logo, a democracia convoca a ilusão de uma relação de igualdade onde tudo deve ser deturpado para proporcionar a impressão de coesão e unidade. Concordamos com Touraine (1998, p. 104) “A democracia não se dirige mais para um provir radioso, mas para uma reconstrução de um espaço de vida pessoal e de mediações políticas e sociais que o protegem” (TOURAINÉ, 1998, p. 104). A educação de qualidade, ainda não alcança os muros da escola. Destaca Cavalcante (2012, p.216, et alii);

[...] a expressão ‘educação de qualidade’ não pode ser interpretada como se encerrasse em si um sentido único. Ela pode materializar discursos radicalmente opostos [...] uma educação de qualidade deveria ter o papel de formadora das elites, re-arranjando os indivíduos na sociedade, de acordo com suas aptidões, - uns iriam para o trabalho manual e outros para o trabalho intelectual (CAVALCANTE, 2012, p 216 et alli).

Em síntese, a qualidade educacional, defendida pelas políticas neoliberais é aquela que atende às exigências do mercado; não a que deveria ter por objetivo possibilitar a todos o acesso ao conhecimento e aos bens culturais. São frequentes os termos “transformação social”, “responsabilidade social” “democratização de acessos”. Por sua vez, são estratégias de convencimento que obscurecem determinadas intenções, são modos de coagir o senso comum formando uma nova mentalidade societária.

3- EDUCAÇÃO: UM PRIMADO REGULADO PELO MERCADO NEOLIBERAL

A educação contemporânea é pavimentada em bases legais, tais como: Constituição Federal (1988), LDB/96 dentre outros, apesar da existência da jurisdição educacional, uma minoria elitizada detém o privilégio educacional e uma imensidão vive a margem. A camada desprivilegiada resta uma educação precária que não satisfaz seus anseios e expectativas.

Dentro dessa contramão, logo se percebe um circuito fechado onde circulam dualismos que não mobilizam para uma mudança significativa, uma vez que essa sociedade é estruturada de forma a se enquadrar nas demandas impostas pelo Estado. O único movimento perceptível é a manutenção do sistema político e econômico que interfere na dinâmica da sociedade a fim de preservar seus interesses. O termo “Língua de Estado”⁴ definido assim por Orlandi (2012) deixa claro que a manipulação estatal procura ocultar as relações de classes desconstruindo sentidos em benefício próprio.

Essa manutenção passa por diversos discursos circulantes na contemporaneidade. Sejam eles sobre o respeito à diferença, a questão das cotas, a responsabilidade social. Todos visam o mesmo objetivo: uma sociedade igualitária. Esses discursos acabam se chocando com a lógica capitalista permeada pela divisão classista onde o homogêneo não cabe. No entanto, o arsenal discursivo tem em mente um só objetivo: manutenção da ordem social. Fica claro, que o projeto político hegemônico faz uso desses discursos performáticos a fim de apaziguar a sociedade. Na esfera política destaca Konder (2002, p. 249);

Em geral, os caminhos trilhados pela política evitam uma opção explícita por uma dessas linhas extremadas: o doutrinismo, o oportunismo crasso, o cinismo ostensivo ou a completa indiferença. São frequentes as combinações de elementos representativos de tais direções, porém combinados em graus diversos. E é nessa combinação hábil que enraíza a ideologia.

A conjuntura política e econômica demarca fronteiras, exclui e inclui ilusoriamente apenas para inculcar um ilusório discurso ideológico cumpridor de deveres estatais. Cujas tónicas maiores se aproximam do “cinismo ideológico” (ZIZEK, 1999). Destaca Zizek (1989, 313) “Esse cinismo não é uma postura direta de imoralidade; mais parece a própria moral posta a serviço da imoralidade”. O cinismo repercute de forma natural entre os discursos governamentais são discursos encobertos e cheios de lacunas permeadas de dizeres e intenções. Menciona Zizek (1997, p.314) “O nível fundamental da ideologia, entretanto, não é de uma ilusão que mascare o verdadeiro estado de coisas, mas de uma fantasia

⁴ Língua de Vento denominação de R Debray, regime enunciativo que J. P Faye chamado de “uma produção discursiva dos acontecimentos”, onde reina a performatividade em que os gestos e as declarações substituem as práticas (ORLANDI, 2012).

(inconsciente) que estrutura nossa própria realidade social”. Concordamos com o trecho do filósofo esloveno, pois essa fantasia é constantemente res-significada com a finalidade de iludir a sociedade promovendo a permanência do controle social.

Reforça Florêncio (1999, p. 64) “As relações do sujeito com o mundo, a sua constituição, passam por uma inculcação ideológica, mecanismo de ocultação, de apagamento, através da evidência de um sentido único [...]”. O termo apagamento é bem mencionado por Voese (2004, 64) “[...] o apagamento poderia estar escondendo uma luta de interesses, já que à visão redutora do discurso corresponderá uma concepção deformada do ser social do homem [...]” (VOESE, 2004, p. 64). A inculcação ideológica participa de processos que subordinam o sujeito através da reificação, do fetichismo e por fim da alienação massificada, com o intuito de pacificar a massa e manter esse sistema econômico. Confirma Harvey (2010, p.98) “O dinheiro e a troca no mercado põe um véu, “mascaram” as relações sociais entre as coisas.” Logo, o ser humano cria necessidades e simbolismos, os quais adquirem uma identidade mercadológica assumindo características empresariais.

Juntamente com as questões contraditórias surgem novos termos como: “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação” os quais servem para mascarar as divisões de classe levando a acreditar que a divisão não se restringe ao social ou econômico, mas sim, ao campo do saber. Esse termo é reproduzido no início do século XXI e coaduna-se com o neoliberalismo. Diversas propagandas e campanhas eleitorais se apropriam do enunciado: “Sociedade do conhecimento” com a intenção de persuadir o espectador com um discurso sedutor alcançando justamente os anseios de grande parte da população que não participa desse conhecimento (elitizado) e ilusoriamente acredita que o Governo Federal está de fato oferecendo condições para que o sujeito tenha acesso ao conhecimento tão declarado politicamente. Confirma-se assim que “a sociedade do conhecimento é, por si mesma, uma ilusão que cumpre uma determinada função ideológica na sociedade capitalista contemporânea” (DUARTE, 2001). Mediante isso, o campo do saber se transforma em arma neoliberal em que as ditas reformas educacionais se revestem de um fundo ideológico que têm por objetivo selecionar determinados conhecimentos em detrimentos de outros no sistema educativo gerando relações de poder com pura carga ideológica na sociedade.

No que concerne o funcionamento ideológico por parte das facções dominantes. Há desse modo, o ocultamento proposital das origens dos problemas que acometem a sociedade, de fato é uma forma de governar ocultando o que está por traz e culpabilizando outras categorias como o próprio sujeito.

3.1- Educação como prioridade ou propriedade do Estado?

A educação brasileira desde os seus primórdios vivencia o “*apartheid educacional*” (LEHER, 2008, p. 7), o enredo desse dualismo educacional é representado por dois protagonistas, os que possuem conhecimentos técnicos e científicos tem o direito de comando, enquanto os outros, despojados de tais conhecimentos, têm o dever de obedecer. O campo do saber é controlado, as políticas sociais materializadas em reformas educacionais que são arquitetadas com o intuito de filtrar o conhecimento fragmentando-o e gerando relações de poder. Segundo Arendt (2010, p. 195) “[...] o homem instrumentaliza, e sua instrumentalização implica a degradação de todas as coisas e meios, a perda do seu valor intrínseco e independente”. Nesse contexto, a educação contemporânea se atrela à lógica da mundialização do capital. A educação acaba por “confinar as pessoas em funções utilitárias estritamente predeterminadas, desprovidas de todo poder de decisão” (MÉSZÁROS, 2004, p. 48). Logo, esse movimento ideológico direciona a sociedade num ensino que possui lacunas.

Segundo Harvey (2010, p. 50) “O cuidadoso escrutínio da micropolítica das relações de poder [...] leva-o a concluir que há uma íntima relação entre os sistemas de conhecimento “discursos” que codificam técnicas e práticas para o exercício do controle e dos domínios sociais em contextos localizados particulares”. No tocante a educação, a mesma vira um instrumento de grande valor no que tange aos interesses capitalistas, desse modo, as políticas governamentais de cunho educacional são amparadas pelo reformismo e já dizia Mézáros (2005) que essa dita “reforma” é irreformável e incontrolável por não permitir uma mudança essencial e eficaz. Sintetizando, o sistema de ensino dualista divide-se entre formação que “*instrumentaliza*” para o mercado de trabalho (formal e informal) e formação intelectualizada e elitizada. O acesso à educação não resolverá os problemas educacionais, uma vez que universalizar o acesso sem qualidade formará jovens de forma precária e insuficiente. O termo “transformação social” se une ao discurso da “inclusão social,” e pela ótica neoliberal é refratado a fim de conservar o capitalismo.

É um paradoxo pensar que esse discurso inclusivo se dará de forma unânime, uma vez que é regulado pelo capitalismo. O discurso demagógico se faz presente, na intenção de moldar a sociedade em prol dos benefícios políticos/eleitorais, além de alinharem-se as demandas do contexto econômico neoliberal, contudo, essa regulação social racionaliza o conhecimento, uma vez que o currículo passa pelo crivo do MEC. Os referidos discursos propagam que os sujeitos usufruem de direitos sociais fundamentais previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Brasileira de 1988 e nas Leis de Diretrizes e

Base- LDB/96. Desse modo, por trás de um discurso que prega a igualdade, silenciam-se as condições de desigualdade em que se dá o usufruto desse direito, desconsiderando-se a desigualdade de condições da educação ofertada pelos programas do governo.

Diante desse processo histórico, o discurso democrático é refratado/distorcido e dilacerado pelo próprio sistema capitalista. Segundo Bakhtin (1981) o signo reflete e refrata a realidade e acrescenta. “Em todo signo ideológico, confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classe” (BAKHTIN, 1981, p. 46). Consequentemente, a sociedade sofre ao perceber que os direitos existem, mas, não são cumpridos com seriedade. Acabam virando falácia política e termos como: “Democratização de acessos à educação” promove um equívoco pelo simples fato de universalizar o acesso, entretanto, nos questionamos: como se dá esse ensino? Apenas ter acesso não validará sua qualidade, os dois devem andar juntos: acesso e qualidade de ensino.

Concordamos com Gentili (1995) que afirma:

[...] a educação transforma-se em um tipo específico de propriedade, “direito de possuí-la materialmente; direito a usá-la e desfrutá-la; direito a excluir outros do seu usufruto; direito de vendê-la ou aliená-la no mercado e direito de possuí-la como fator gerador de renda” Nesse sentido, o direito à educação não é algo universal, é um direito específico - o direito de propriedade (GENTILI, 1995, p. 243).

A educação como prioridade, não se efetiva, há todo um jogo político em torno desse termo. O que seria prioridade se torna propriedade neoliberal. A educação acaba cumprindo um papel importante na conservação da lógica capitalista. Simultaneamente atrelado às questões ilógicas surge um termo emblemático - o darwinismo social que remete a teoria darwinista sobre a evolução das espécies em relação aos que se adaptam a condições adversas, o darwinismo social foi usado por parte dos países ricos industrializados durante o período neocolonial, para tentar explicar a pobreza, sugerindo que os países pobres estavam naquela situação porque ainda não haviam evoluído cultural e economicamente.

Mais adiante, no início do séc. XX, o darwinismo social⁵ também foi empregado para explicar a superioridade da ‘raça ariana’. E no século XXI percebe-se o uso corrente desse termo para justificar as adaptações e competências humanas em sociedade. Segundo Leontiev (2004, p. 277) “esta desigualdade não é somente a biológica, é um fruto da economia mal distribuída, das diferenças de classe que consequentemente levam a modos de vidas distintos”. A ideologia das competências e aptidões assemelha-se a relação

⁵ O darwinismo social é definido pela ideologia neoliberal como um “neodarwinismo social” e tem como justificativa a filosofia das competências (BOURDIEU, 1998).

senhor/escravo. Existe o sujeito de competências raras que escolhe seu empregador, enquanto os outros serão escolhidos pelos empregadores, além de “[...] uma massa de pessoas destinadas aos empregos precários ou ao desemprego” (BOURDIEU, 1998, p.59). Dessa forma, a educação é reposicionada e exerce uma espécie de mecanismo de reprodução social, cuja boa ou má qualidade será revelada mediante a capacidade de compra do sujeito.

Em síntese, conseqüentemente a educação se transforma num mecanismo de reprodução social, uma forma de manter a ordem social em prol da máquina capitalista. O paradoxo se dá a partir do momento que essa igualdade de direitos é atravessada por contingentes ideológicos que desviam a essencialidade da educação e a reposicionam segundo critérios hierárquicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, são inúmeras as problemáticas educacionais cujo reflexo é sentido na: estrutura física escolar, no currículo, na desvalorização do corpo docente dentre inúmeros outros não citados. Dessa forma, a formação humana simultaneamente ocupa um campo conflituoso de permanentes disputas hegemônicas. O campo educacional é controlado sob os dogmatismos neoliberais, as reformas educacionais são gestadas tendo como meta fragmentar um ensino cada mais imediatista “apreendida no efêmero, no molecular, no descontínuo, no fragmentário” (NETTO, 2010, p. 14).

Historicamente a educação é orquestrada a fim de atender aos interesses dominantes com a finalidade de manter a injusta pirâmide social. Essa pirâmide é representada pelo sistema de classes, que se estrutura num “conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes” (BOURDIEU, 1989, p. 136).

O discurso da inclusão social é um subproduto do ideário neoliberal e assume um *status* contraditório, quando fica claro que é impossível se obter uma sociedade igualitária dentro dos moldes capitalistas. Essa inclusão coopera com o capitalismo e não o contrário. A política brasileira submissa ao controle externo dos organismos internacionais cria pactos que delimitam o cotidiano dos brasileiros seja na educação, na saúde e em todos os setores que englobam a nação. O arsenal discursivo tem em mente um só objetivo: manutenção da ordem social. A classe dominante representada pelo universo burguês almeja segundo Lessa (2007,

p. 75) “[...] que as leis sociais sejam obedecidas e respeitadas por todos, pois compreende que sem estas leis seu “mundinho” não poderia existir. Todavia, ao mesmo tempo, age de forma a procurar uma maneira de transgredir estas mesmas leis sempre que possa obter alguma vantagem pessoal.” Fica claro, que o projeto político hegemônico faz uso desses discursos performáticos a fim de apaziguar a sociedade. A educação toma contornos irreversíveis, pois a educação básica é prejudicada refletindo futuramente em homens e mulheres com lacunas em sua formação.

O Governo Federal “[...] tende cada vez mais a dar tudo a todo mundo, especialmente em matéria de consumo de bens materiais ou simbólicos, ou mesmo políticos, mas sob as espécies fictícias da aparência, do simulacro ou da imitação, como se fosse esse o único meio de reservar para uns a posse real e legítima desses bens exclusivos” (BOURDIEU, 1995, p. 225). De acordo com esses paradoxos, a sociedade inclusiva se choca com o permanente dualismo educacional, ou seja, “[...] na educação, a reorganização em torno da competição e da escolha não é completamente generalizada; em vez disso, ‘o que se quer é um sistema dual, polarizado entre escolas de mercado e escolas mínimas’” (APPLE, 1995, p. 186). Por sua vez, o campo do saber é controlado, as políticas sociais materializadas em reformas educacionais são arquitetadas com o intuito de filtrar o conhecimento fragmentando-o e gerando relações de poder.

Portanto, o neoliberalismo desenha novos focos excludentes e delimita quem terá privilégios e quem ficará a margem. É uma lógica desumana que encarcera o ser humano através da mão invisível, ao bel-prazer do consumismo, dos fetichismos. Os sentidos da formação humana se perdem, sua essência é apagada e impregnada pelo bruto valor do capital.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. **O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial**. In: GENTILI, Pablo SILVA, T. T da. (orgs) Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas. 3. ed. Petrópolis: Vozes 1995.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia- 11. Ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução: Michel Iahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e redução da pobreza: reflexão e perspectiva**. Washington: BM, 2004.

- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BOBBIO, Noberto. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira- Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987(Coleção Pensamento Crítico, v.69).
- BOURDIEU, P. **Contrafogos - táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. **O poder simbólico**. Tradução: de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado; 1988.
- _____. **Lei nº 9394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.
- _____. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993.
- CAVALCANTE, M^a do Socorro Aguiar de Oliveira. **O discurso da educação de qualidade produzindo efeitos de sentidos antagônicos**. In: Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução. [et al] – São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **O Ensino Médio dos idos de 1990 em perspectiva histórica**. In: Profissão Docente, Currículo e Novas Tecnologias / Organização: Jean Mac Cole Tavares Santos, Augusto Sávio Guimarães do Nascimento. Mossoró: UERN, 2012.
- _____. **Narrativas Emergentes no Ensino Médio: direitos humanos & educação**. HOLOS, Ano 29, Vol 4, 2013.
- FLORENCIO, Ana Maria Gama. **O discurso pedagógico/autoritário na constituição do sujeito**. In: Leitura: revista do programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística: n° temático: Análise do Discurso/ UFAL-PPGLL- CHLA- n. 23 (jan/Jun. 1999) – Maceió: Imprensa Universitária, UFAL, 1997.
- GENTILI, Pablo A.A; SILVA, Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 4^a ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.
- _____. **O que há de novo nas “novas” formas de exclusão educacional? Neoliberalismo, trabalho e educação**. In: A falsificação do consenso – simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: Pablo Gentili; Tomaz Tadeu da Silva. (Org.). Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. 2ed.Brasília: CNTE, 1999, v. , p. 9-49.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 19 ed Loyola. 2010. SP
- KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LEHER, Roberto. **Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária**. RJ/ Set./Dez. 2008 v. 13 n. 39 Revista Brasileira de Educação-ANPED.
- LEONTIEV, Aléxis. **Desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

LESSA, Sérgio. **Lukács- ética e política: observações acerca dos fundamentos ontológicos da ética e da política.** Chapecó: Argos, 2007.

MÉSZÁROS, István, 1930- **A educação para além do capital.** István Mészáros ; tradução de IsaT.warcs. - São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie.** III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”. Serpa, 30-31/ 10/2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT, ANNA, Ronaldo. Gramsci, **O Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia**, in: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar com o consenso. São Paulo. Xamã, São Paulo p.19-41.

ORLANDI, Eni Punccinelli. **Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia.** 2ª Edição – Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático.** Tradução: Modesto Florenzano – Bauru, SP: EDUSC, 1998.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien: Unesco, 1990.

VOESE, Ingo. **Análise do Discurso e o ensino de língua portuguesa.** São Paulo: Cortez, 2004- (Coleção aprender e ensinar com textos) v. 13.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia;** RJ-RJ, Contraponto, 1999.